



O Sindicato está na luta pela preservação da vida e defende um retorno presencial com segurança para toda a categoria e para clientes e usuários. Os bancos querem impor a volta às unidades físicas colocando em risco a vida dos trabalhadores. Volta segura é com 70% da população completamente imunizada, protocolo eficiente e padronizado e assistência para quem sofre das sequelas da Covid-19. Vamos juntos nesta luta. A vida está em primeiro lugar.

Retorno ao trabalho presencial só com segurança e proteção à

VIDA

Ligue para os telefones 2103-4121/4124/4172 (Bancos Privados); 2103-4122/4123 (Bancos Públicos) ou 2103-4150/4151/4106 (Secretaria de Saúde) e denuncie os abusos e constrangimentos dos bancos para o retorno presencial, aglomerações e descaso para com os protocolos de prevenção à Covid-19. A luta pela vida é de todos nós.

Bradesco demite na pandemia e desembargador manda reintegrar bancário

A truculência e a falta de palavra dos banqueiros vêm sendo derrotadas pelo Sindicato na Justiça com a reintegração de centenas de bancários demitidos durante a pandemia rompendo compromisso de não realizar dispensas no período. No dia 14 de setembro (terça-feira), o desembargador Rogério Lucas Martins, do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ), acolheu mandado de segurança com pedido de liminar determinado ao Bradesco que fizesse retornar ao trabalho o bancário Juvenal Bezerra dos Santos, anulando decisão da primeira instância que negou o direito. A ação foi elaborada pelo advogado do Sindicato, Henrique Lopes.

O magistrado lembrou que o compromisso foi assumido publicamente e se transformou em direito à estabilidade provisória presente no contrato de trabalho. E que o banco se beneficiou da ampla divulgação da decisão pouco depois desrespeitada.

“É fato notório que o banco (Bradesco) assumiu espontanea-



O bancário Juvenal Bezerra (D) comemora a sua reintegração ao lado do diretor do Sindicato, Leuver Ludloff

mente um compromisso público de que não promoveria dispensas sem justa causa durante a crise provocada pela pandemia de Covid-19 tratando-se de conduta que orienta-se pelos princípios da função social da empresa e da solidariedade que deve ser prestigiada. Tal ação tem forte impacto positivo na imagem da empresa, uma vez que a divulgação do compromisso de preservação de empregos durante a pandemia torna o banco mais simpático à população, atraindo clientes e investidores pela demonstração de responsabilidade social; sendo

certo, por outro lado, que a garantia de manutenção de empregos em período de crise tranquiliza os trabalhadores e, por consequência, desmobiliza a categoria profissional para a conquista de outros direitos”, afirmou em sua decisão.

PAPEL DO JUDICIÁRIO

O desembargador ressaltou que os bancos foram os menos afetados entre todas as empresas, em razão de diversas medidas implementadas pelo poder executivo, como injeção de recursos

superiores a R\$ 1 trilhão para oferecimento de empréstimos. “O Banco Bradesco, por exemplo, obteve um lucro líquido de 16,5 bilhões de reais em 2020, apesar da pandemia”, enfatizou.

E acrescentou: “E, nesse momento de pandemia mundial – no qual os índices de desemprego concorrem em grau de grandeza com os números de mortos –, cabe à Justiça do Trabalho desempenhar o seu papel, impedindo atos de abuso de poder econômico”.

Fez questão de frisar que o direito à estabilidade continua em vigor, negando-se a aceitar a alegação do Bradesco de que o compromisso vigorou apenas nos meses de abril e maio de 2020. “A crise provocada pela pandemia de Covid-19 ainda não terminou, de modo que continua em vigor a obrigação, assumida espontaneamente pelo empregador, de não promover dispensas sem justa causa, não havendo justo motivo para a empresa romper esse compromisso público, dispondo ela de mecanismos oferecidos pelo governo

Nossa dependência dos aplicativos

WhatsApp e Facebook ficam foram do ar e revelam como ficou difícil a vida sem eles

Antigamente, quando uma pessoa perdia a sua agenda impressa, a aflição era grande. Ali estavam os telefones relevantes para a atividade profissional, do círculo de amigos e de relacionamentos sentimentais. Na segunda-feira (4), o WhatsApp, Instagram e o Facebook tiveram uma queda global e ficaram fora de ar. Especialistas em segurança que acompanham a situação disseram que a interrupção provavelmente foi provocada por um erro de configuração que deixou as direções para os servidores do Facebook indisponíveis.



Fato é que muita gente se viu aflita e empresas preocupadas com os problemas nos novos veículos de comunicação, cada vez mais presentes na vida das pessoas.

Os antigos meios - Usuários

da plataforma de mensagens instantâneas do WhatsApp também sentiram como nossa vida está relacionada a estes aplicativos. Quem tem o mensageiro russo Telegram conseguiu se comunicar. Fato é que os novos meios

tecnológicos fazem parte do nosso cotidiano. E que, neste caso, estamos nas mãos de meia dúzia de pessoas que controlam e comandam o seu funcionamento.

E então, mais uma vez, o público percebeu a importância dos velhos e bons veículos de comunicação, como rádio, TV, telefone e os periódicos impressos para receber informação, como é o caso dos bancários, que contam com o Jornal Bancário, o preferido da categoria segundo as pesquisas feitas com bancários e bancárias, para receber matérias jornalísticas de qualidade.

BANCÁRIO

Presidente: José Ferreira Pinto – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502/17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** Carlos Vasconcellos e Olintho Contente - **Diagramador:** Marco Scalzo - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.:2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 10000

GANÂNCIA SEM LIMITES

Bancos colocam em risco a vida de bancários e clientes

Sanitaristas consideram que volta à normalidade só é possível com 70% da população completamente imunizada, o que é defendido pelo Sindicato

Num completo desrespeito pela vida, os bancos adotam o negacionismo do Governo Bolsonaro e forçam a barra para o re-

torno ao trabalho presencial. Os sindicatos defendem uma volta segura conforme recomendam os sanitistas: pelo menos 70%

da população completamente imunizada (duas doses ou dose única) para um mínimo de normalidade. Mas, para os barões

do sistema financeiro e o governo federal os lucros valem mais do que a vida. Veja, caso a caso, como o tema está sendo tratado.

Banco do Brasil

Maior acionista individual do Banco do Brasil, o governo Bolsonaro, através do Ministério da Economia, vem obrigando os funcionários em teletrabalho a retornar ao presencial, ao mesmo tempo em que usa a desculpa de que a volta “não é obrigatória”. A mentira tem como objetivo tentar não sujar a imagem do banco e do governo por fazer esta convocação em plena pandemia, negando, mais uma vez, a gravidade da situação e expondo os funcionários ao contágio da Covid-19. Para o Sindicato, é preciso parar o retorno e garantir a segurança dos trabalhadores em primeiro lugar.

Numa atitude de profundo desrespeito pela vida, a Tesouraria do Banco do Brasil no Rio de Janeiro está decidindo por sorteio quais os funcionários vão voltar ao trabalho presencial. A atitude beira à insanidade e além de colocar em xeque o anúncio feito pelo BB de que o retorno seria voluntário mostra um inaceitável e desumano desrespeito pelas pessoas cuja exposição ao risco de contaminação pela Covid-19 está sendo decidida com escárnio, como se fosse uma brincadeira, um verdadeiro bingo da morte.

Caixa

A Caixa Econômica Federal comunicou à Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro) na quarta-feira passada (29/9), que o prazo para a continuidade da modalidade de teletrabalho nas unidades do banco foi prorrogado até o final de 2021. A decisão atende às reivindicações dos bancários e foi tomada após pressão do movimento sindical.

A Contraf-CUT havia enviado ofício ao banco no dia 14 de setembro fazendo esta solicitação e reiterou o pedido na segunda-feira (27).

A data prevista para o retorno no acordo específico de teletrabalho em decorrência da pandemia se encerraria na quinta-feira (30), mas a pedido dos sindicatos feitos à direção do banco foi prorrogada até o final deste ano. Os sindicalistas lamentaram, no entanto, o fato de o banco anunciar o retorno “opcional” para quem é do grupo de risco.

Santander

O Santander decidiu pelo retorno ao trabalho de 10 às 16 horas nas agências, desde a última segunda-feira (4/10). O banco espanhol, desta forma, ignora a gravidade da pandemia, suspendendo o horário anterior, de 9 às 14 horas, que era uma medida de prevenção à contaminação.

A decisão do grupo espanhol aumenta o risco de infecção de bancários e clientes, que ficarão expostos por mais tempo, em ambientes fechados, com o manuseio de papéis, dinheiro e outros objetos.

O movimento sindical está de olho no cumprimento dos protocolos de prevenção à Covid-19. Pelo menos os bancários do grupo de risco continuam em casa.

Itaú

Sem qualquer embasamento científico o Itaú decidiu unilateralmente convocar os funcionários que são do grupo de risco para retornar ao trabalho presencial desde a última segunda-feira, 4 de outubro, colocando em risco a vida de bancários e clientes. Diante deste retorno precipitado e irresponsável a COE (Comissão de Organização dos Empregados) apresentou na terça-feira (28/9), em reunião com o banco, um texto de protocolo a ser negociado com medidas de prevenção para este momento difícil e inapropriado de retorno. Os sindicatos lembram ainda que o retorno em massa vai gerar um outro problema gravíssimo: a aglomeração, num ambiente fechado, com o manuseio de documentos, dinheiro e objetos, tanto de bancários, quanto de clientes e frisou a importância do uso de máscaras e álcool como itens obrigatórios, bem como o fornecimento de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e da sanitização dos ambientes pelo banco. O Sindicato critica ainda as demissões em massa no banco em plena pandemia, o que tem rendido seguidas reintegrações pelo Departamento Jurídico da entidade sindical.

Bradesco

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco se reuniu com o banco na quarta-feira (22/9) para debater itens das reivindicações aprovadas no Encontro Nacional dos Funcionários do banco, realizado em agosto deste ano. Os representantes do banco informaram a suspensão do rodízio entre os trabalhadores nas agências desde a última segunda-feira, 4 de outubro.

O Bradesco propôs iniciar as negociações para o plano de retorno também nos prédios administrativos. Os representantes dos trabalhadores reivindicam um retorno gradual e com critérios, apenas para empregados totalmente imunizados e de maneira voluntária e escalonada para evitar aglomerações, o que, a princípio, foi aceito pelo banco. A COE conseguiu ainda a garantia do banco de que não haverá convocações para o retorno dos trabalhadores do grupo de risco em nenhuma das áreas.

Pressionado pela COE, o Bradesco explicou que mantém o horário reduzido para o atendimento ao público, das 10h às 14h. Para os aposentados, em dia de pagamento, das 8h às 14h, em dias normais, das 9h às 14h.

Os sindicalistas cobraram ainda o fim das demissões no banco.

Mercantil do Brasil

Os sindicatos estão preocupados com a forma com que o Mercantil pressiona para o retorno ao trabalho presencial, enviando telegrama para que os funcionários afastados voltem a trabalhar. Além disso, o banco não garantiu o home office e anunciou que não vai mais pagar transporte alternativo. O banco age como se a pandemia estivesse acabado.

Brasileiros protestam contra inflação, fome, desemprego e pelo impeachment de Bolsonaro

Milhares de pessoas foram às ruas de todo o país no último sábado, 2 de outubro, para protestar contra a política econômica do ministro da Economia Paulo Guedes e o descaso do presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), pelas quase 600 mil mortes pela Covid-19. Os manifestantes criticaram a explosão dos preços dos alimentos, gasolina, gás de cozinha e energia elétrica e aprofundamento da recessão, que resultou em mais de 14 milhões de desempregados, seis milhões de desalentados e metade da população que trabalha no mercado informal, sem nenhum direito trabalhista.

As manifestações acontecem em diversas capitais e outros municípios de 20 estados. No Rio de Janeiro, os protestos tiveram a concentração na Candelária, às 10h, com caminhada pela Avenida Rio Branco até o Palco da Democracia, na Cinelândia. A categoria bancária, mais uma vez, honrou sua história de lutas e esteve presente nas manifestações. Confira mais detalhes dos protestos e a Galeria de Fotos, em nosso site: www.bnacariosrio.org.br.



José Ferreira, Kátia Branco (E) e Adriana Nalesso no protesto pelo impeachment de Bolsonaro

CONFLITO DE INTERESSES

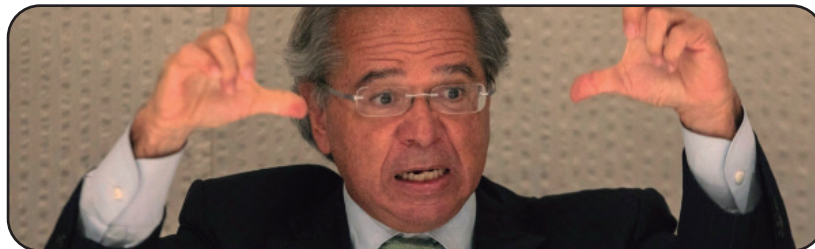
Paulo Guedes se beneficia da alta do dólar com investimentos milionários em paraíso fiscal

O ministro da Economia do Governo Bolsonaro, Paulo Guedes tem uma offshore milionária e pode estar se beneficiando de sua própria política econômica que fez disparar o dólar em relação à moeda brasileira, o real.

A denúncia foi divulgada em matéria da Revista Piauí, pelos jornalistas Allan de Abreu e Ana Clara Costa, que fazem parte de um projeto do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, que teve acesso a 11,9 milhões de documentos sobre estes investimentos em paraísos fiscais.

A CRIAÇÃO DA OFFSHORE

Segundo a matéria, no dia 24 de setembro de 2014, em plena turbulência do mercado financeiro com a iminência da reeleição de Dilma Rousseff (PT), em que o Banco Central teve de intervir para conter o câmbio, 24 horas depois, Paulo Guedes, então sócio da Bozano Investimentos, criou a offshore Dreadnoughts International, no paraíso fiscal das Ilhas Virgens Britânicas, paraíso fiscal do Caribe, para proteger



O ministro Paulo Guedes deve explicações à sociedade sobre o conflito de interesses entre seus negócios e o cargo público que ocupa

sua fortuna de uma possível crise econômica no Brasil. O atual ministro da Economia teria aportado US\$9,55 milhões na offshore aberta numa agência do banco Crédit Suisse, em Nova York. O valor equivale a cerca de R\$51 milhões no câmbio atual.

Paulo Guedes teria ferido o artigo 5º do Código de Conduta da Alta Administração Federal, que “proíbe funcionários do alto escalão de manter aplicações financeiras, no Brasil ou no exterior, passíveis de serem afetadas por políticas governamentais”, sobre as quais “a autoridade pública tenha informações privilegiadas, em razão de cargo ou função”. A infração varia de uma simples advertência à recomendação de demissão do cargo público.

Outro fato que confirma o conflito de interesses é a proposta de reforma tributária de Guedes: por sugestão da Receita Federal, o projeto original da reforma previa a taxaço de ganhos de capital no exterior, inclusive em paraísos fiscais, mas por pressão dos bancos, com anuência do Ministério da Economia, esta ideia foi derubada pelo Congresso Nacional.

A offshore de Guedes continua ativa, pelo menos até o dia 28 de setembro de 2021, conforme denuncia a matéria.

CASO IGUAL NO BC

Mas Guedes não está sozinho neste desvio ético de conflito de interesses no Governo Bolsonaro: o atual presidente do Banco

Central, Roberto Campos Neto, que trabalhou 18 anos como executivo do Santander, criou uma offshore no Panamá.

A única diferença em relação a Guedes é que Roberto Campos fechou sua offshore em agosto de 2020. Mesmo assim presidiu o BC ainda na condição de dono da Cor Assets, criada quando trabalhava para o Santander, durante 602 dias.

Guedes não respondeu aos jornalistas questões como: se o ministro declarou sua offshore em seu Imposto de Renda, qual a origem do dinheiro no paraíso fiscal e se o ministro é a favor ou contra a taxaço de capital mantido por brasileiros no exterior como sugere a Receita Federal. Nenhuma das perguntas teve resposta. Mas o povo brasileiro quer saber

Confira em nosso site (www.bnacariosrio.org.br), mais informações sobre o tema e uma revelação: o ex-ministro da Fazenda do Governo Temer, Henrique Meirelles, também possuiu um trust em paraíso fiscal no período em que ocupou o comando da economia do país.